

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI E DELITOS DE TRÂNSITO DA  
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXX-UF**

*Referente ao processo nº*

**FULANO DE TAL**, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, com fundamento no art. 589 do Código de Processo Penal, apresentar suas

**RAZÕES DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO**

em virtude de recurso interposto pelo acusado às fls. 165.

Nestes termos.

Pede deferimento.

LOCAL E DATA.

**FULANO DE TAL**

**Defensor Público**

**EGRÉGIO TRIBUNAL**

## **COLEND A TURMA**

**Proc:**

**Recorrente: FULANO DE TAL**

**Recorrido: Ministério Público**

### **1 - RESUMO DOS FATOS**

O recorrente responde a ação penal pela suposta prática do crime previsto no art. 121, *caput*, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal, qual seja, o delito de tentativa de homicídio simples.

O crime ocorreu no dia 8 de março de 2013, tendo a denúncia ajuizada pelo Ministério Público sido recebida na íntegra pelo juízo em X de MÊS de ANO (fls. 45).

Iniciada a instrução, procedeu-se à oitiva das testemunhas **FULANO** (fls. 119), **FULANO** (fls. 120) e da vítima **FULANO** (fls. 121), além do interrogatório do acusado.

Apresentadas as alegações finais pelas partes, foi prolatada sentença pronunciando o recorrente, com o fundamento da existência de indícios de materialidade e autoria quanto à existência de crime doloso contra a vida.

Irresignado, o acusado interpôs recurso em sentido estrito (fls. 165).

É o relato do necessário.

## **2 - DA DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO PARA DELITO DIVERSO DE DOLOSO CONTRA A VIDA**

Não obstante a respeitável sentença de pronúncia proferida pela MMª Juíza da Vara do Tribunal do Júri de XXXXX-UF, não estão presentes na espécie os indícios de materialidade e autoria necessários a um decreto de pronúncia.

Dos depoimentos colhidos em juízo, não há a possibilidade de se extrair o *animus necandi* necessário à configuração do crime de tentativa de homicídio. Embora os indícios sejam suficientes para indicar que o recorrente foi o autor do golpe desferido contra a vítima, mormente pela confissão espontânea em seu interrogatório, nada há que indique o dolo de matar, não havendo nenhuma afirmação por parte das testemunhas no sentido de que o réu tenha expressado qualquer ânimo homicida no momento dos fatos. Inclusive, em seu interrogatório em sede judicial, o recorrente afirmou categoricamente ter agido tão somente para se defender.

Não comprovado o *animus necandi*, não resta outra alternativa senão a da desclassificação para o crime de

lesão corporal seguida de morte, delito diverso de doloso contra a vida.

Inadmissível que se entenda que na fase processual do *iudicium accusationis* vija o princípio do *in dubio pro societate*, eis que constitui resquício do ranço inquisitório que remonta à década de 40, quando, sob a égide de um regime totalitário, nascia um Código de Processo Penal absolutamente inclinado à restrição de direitos e garantias fundamentais, em vez de assegurá-los.

Sobre o princípio do *in dubio pro societate* e sua inadequação aos mais basilares princípios de um Estado Democrático de Direito, é precisa a lição de Paulo Rangel:

***“(...) se há dúvida, é porque o Ministério Público não logrou êxito na acusação que formulou em sua denúncia, sob o aspecto da autoria e da materialidade, não sendo admissível que sua falência funcional seja resolvida em desfavor do acusado, mandando-o a júri, onde o sistema que impera, lamentavelmente, é o da íntima convicção(...). A desculpa de que os jurados são soberanos não pode autorizar uma condenação com base na dúvida(...)”***  
***(Paulo Rangel, Direito Processual Penal, p. 79, Editora Lumen Iuris)***

Perfeita a lição de Rangel, pois, a soberania dos veredictos, prevista no art. 5º, XXXVIII da Constituição da República, é garantia fundamental de natureza processual e, via de regra, tem sido utilizada como argumento contrário à preservação do direito de liberdade, já que se submete o réu a julgamento pelo Tribunal do Júri como se existisse algum direito fundamental do Estado ou dos jurados a que estes sejam soberanos.

Decerto que a soberania dos veredictos, em sendo um direito atinente ao acusado, não pode ser utilizada como fundamento legal para prejudicá-lo, devendo-se dar preponderância ao princípio da presunção de inocência, este sim previsto constitucionalmente, de forma expressa. Já o princípio do *in dubio pro societate* não tem previsão constitucional, motivo pelo qual deve ser descartado do nosso sistema.

Neste sentido, o ensino de Aury Lopes Junior:

***“O sistema probatório fundado a partir da presunção constitucional de inocência não admite nenhuma presunção procedimental, inversão do ônus probatório ou frágeis construções inquisitoriais do estilo in dubio pro societate”.***

***(Aury Lopes Junior, Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional, p.535, Editora Lumen Iuris, 2009).***

Assim, diante da inexistência de indícios de autoria e materialidade acerca do crime de tentativa de homicídio, não resta outra alternativa senão a da aplicação do princípio da presunção de inocência no sentido da desclassificação para o crime de lesão corporal, com fulcro no art. 419 do Código de Processo Penal, deslocando-se a competência para uma das Varas Criminais da Circunscrição Judiciária de XXXXX-UF.

### **3 - DO PEDIDO**

**Ante o exposto, é de se requerer o conhecimento e provimento do recurso para a reforma da sentença no sentido da desclassificação do crime de tentativa de homicídio simples para delito diverso de doloso contra a vida, remetendo-se o feito para uma das Varas Criminais da Circunscrição Judiciária de XXXXX-UF, com fundamento no art. 419 do Código de Processo Penal.**

Pede deferimento.

LOCAL E DATA.

**FULANO DE TAL**  
**Defensor Público**